

Universidade Federal do Pampa

**TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO**

**A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
NO BRASIL E O IMPACTO NA FORMAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA DA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA**

**Autor: Jonatan Ariel de Oliveira Melo
Orientadora: Mariléia Goin**

SÃO BORJA/RS

2014

JONATAN ARIEL DE OLIVEIRA MELO

**A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E O IMPACTO NA
FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA DA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL NA MODALIDADE À DISTÂNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Me. Mariléia Goin

SÃO BORJA

2014

JONATAN ARIEL DE OLIVEIRA MELO

**A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E O IMPACTO NA
FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA DA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social

Orientadora: Mariléia Goin

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 26 de março de 2014.

Banca examinadora:

Prof^a. Me. Mariléia Goin
Orientadora
UNIPAMPA

Prof^a Dr^a. Elisângela Maia Pessôa
(UNIPAMPA)

Prof^a Dr^a Jaina Raqueli Pedersen
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a minha mãe, Clarice, minha irmã Suelen, minha tia Sandra, a minha família e aos meus amigos Ander, Alisson e Ariane. Obrigado por me incentivarem a nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo, a Deus, pelo dom da vida e por me oportunizado ser filho da pessoa mais importante da minha vida, minha amada e querida mãe, Clarice, mulher da minha vida, que não poupou esforços, tampouco se fez frágil nos momentos mais difíceis das nossas vidas. A ti mãe, a razão dos meus dias, fonte de amor imensurável, por você, eu enfrento todas as adversidades que se colocarem no meu caminho. Obrigado por ter abdicado tanto da sua vida para que eu tivesse a oportunidade de realizar o meu sonho. Sem você nada teria sentido, por isso e por tudo mais, TE AMO para além dos meus dias, para além da minha vida! Obrigado por ser meu norte, meu porto seguro. Mais por você do que por mim, enfrentei todas as dificuldades, todas as dores. Você sempre será a minha luz no fim do túnel. Obrigado por me incentivar a buscar meus sonhos, por entender a minha ausência, obrigado por existir. Todas as nossas dificuldades logo serão lembranças. Obrigado por fazer parte da minha vida.

A despedida é iminente e no compasso dos dias que precedem o grande dia, o momento da conquista de um sonho que parecia impossível, as memórias dançam em minha cabeça, como se fossem um filme, trazendo ao pensamento lembranças da minha trajetória anterior e no momento da minha estreia no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Foram muitos os desafios e medos enfrentados para que eu chegasse até aqui. Em alguns dias encerrarei quatro anos de formação, que me proporcionou o contato com pessoas que me completaram de uma forma única e imensurável, ainda que tivessem aquelas que nada acrescentaram e apenas subtraíram, deixo a elas o meu obrigado. Minha vida não seria o que é hoje se não fosse o aprendizado que vocês, sem querer, me proporcionaram.

Aos amigos de São Borja, Vera, Luciana, Eliara, Dari, Taiara, Rodrigo, Rosimere, Jordy e Rosenara. Deixo o meu obrigado por fazerem de cada momento um misto de sentimentos que me proporcionou felicidades e lembranças que ficarão para sempre gravados em minha memória. Cada sorriso e cada lágrima derramada irão preencher meus dias, para que eu nunca esqueça quem eu me tornei e do que eu sou capaz.

A todos os colegas da 5ª Turma de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, obrigado pelas intensas trocas que estabelecemos nessa trajetória. Obrigado especialmente a Dariele, Tiago, Charles Hoepner, Vanelise, Priscila, Tharcy, Thaís, Laura e Maize companheiros de uma caminhada que não foi nada fácil. Muitas coisas não teriam sentido se não fossem os sorrisos, os desabafos, as lágrimas, os cafés, os trabalhos em grupos e as briguinhas de bastidores. Irmãos de caminhada em poucos dias colegas de profissão, salvo Laura, Tharcy e Thaís que foram em busca dos seus sonhos.

A amiga e companheira Dari, agradeço pelas várias e longas conversas e bilhetinhos trocados em sala de aula. Obrigado por ter o coração tão lindo que foi capaz de acalmar as minhas angústias e entender todas as minhas complicações. Amizade das mais raras e incríveis não há. Agradeço-te por todos os elogios, por todas as caminhadas, por me inspirar a buscar sempre o meu melhor. Agradeço-te por todos os dias vividos ao teu lado. Agradeço-te, por todos os segredos e dias de felicidade compartilhados que seguirão em minhas lembranças. Queria ter uma redoma de vidro para assegurar que nada de ruim, roube o encanto de pessoa que você é. Amada amiga, te levarei onde quer que eu vá.

Ao amigo Tiago, obrigado por todos os momentos partilhados nesses quatro anos. Foram tantas coisas boas e difíceis que compartilhamos que eu jamais esquecerei de você. Obrigado por todos os momentos de desabafo, de inspiração, de deboche e das ralhadas sutis. Entendi todos os recados. Não sei como será depois que recebermos o diploma e traçarmos caminhos diferentes, só me vem à lembrança todos os momentos em que planejávamos nosso futuro profissional e do quanto tu insistia em dizer que seria difícil eu me livrar da sua companhia. Parece que foi ontem que eu me comovia com as dificuldades que você passava e te convidei para morar na mesma casa onde eu morava e ficamos por quase um ano inteiro, até mudarmos para outra e depois mais uma (só para não perder o costume). São tantas histórias, tantos momentos que nos meus dias mais tristes e nos mais felizes desse futuro incerto que me aguarda, irão me fazer sorrir e chorar ao mesmo tempo. Obrigado por todas as descobertas, por todas as lágrimas e briguinhas. Obrigado por ter me suportado por dois anos.

Ao querido amigo Charles Hoepner, obrigado pela amizade, compreensão e sensibilidade. Obrigado por ter o coração lindo e puro e compreender as minhas angústias, as minhas arrogâncias quando nem seu sabia que seria capaz de

suportar. Obrigado por ser leal, mesmo na ausência. Todos os momentos, inclusive as brigas, foram importantes e contribuíram para o meu processo de autorreflexão, autoconhecimento. Obrigado por compartilhar o seu conhecimento e experiências. Obrigado pelos cafés, pelas trocas de informações na escrita dos artigos, por me inspirar em todos os momentos. És ótima pessoa, um ótimo amigo e com certeza será um grande e brilhante Assistente Social.guardo o convite para o primeiro lançamento de livro.

Não poderia deixar de agradecer a dona Rita, mãe do Charles, que tão bem me acolheu nesses quatro anos. Obrigado por ser tão querida e pelos maravilhosos conselhos. Foi um grande privilégio conviver com você.

A querida Vanelise, agradeço por todos os momentos em que apenas o seu sorriso conseguiu preencher de flores um dia chuvoso, um dia sem graça. Agradeço pela parceria nos trabalhos, seminários e artigos para disciplinas e eventos. Sou um grande admirador da sua capacidade de contagiar a quem está ao teu redor, da tua capacidade de apreender informações e explicar de forma tão clara e natural. Obrigado por compreender as minhas esquisitices, e ainda assim, não se afastar, mas de uma forma ou de outra tentar compreender e encontrar uma solução. Obrigado por tudo. Torço pela tua vitória também.

A querida e encantadora Priscila eu agradeço pela amizade perseverante e verdadeira. Jamais irei esquecer os primeiros semestres, da nossa briguinta sem fundamento. Foram dois anos e poucos distantes, e foi como se a amizade nunca tivesse sofrido nenhum rompimento. Obrigado por tudo o que já fizeste por mim. Obrigado pela parceria, pelos abraços, pelas lágrimas, pelo apoio e pela força que você me deu nesses últimos dois meses. Sua coragem e sua bravura vão servir de exemplo para mim. Obrigado por ser tão querida comigo. Te levo no meu coração.

A minha irmãzinha do Espírito Santo, Tharcy, que nasceu há quilômetros de distância, que conseguiu me encantar, me irritar, me fazer chorar, me impulsionar a seguir os meus sonhos, não importando as dificuldades. Amada, sua força e capacidade de não desistir, mesmo em momentos de crise financeira, morando em condições indignas me fizeram perceber o quanto somos merecedores de muito sucesso, sua presença e sua força e sempre foram motivos de alegria em minha vida. As cartinhas compartilhadas serão guardadas com todo o amor carinho. Sua alegria de viver sempre e o seu sotaque lindo irá retumbar em meus ouvidos para que afastar da saudade.

A querida Thaís, agradeço pelos momentos de animação, pelos mates, as cantorias e as corridas malucas no meio da noite (risos). Lembrarei sempre do desespero na prova de Introdução ao Serviço Social e do quanto fomos bem naquela prova, esses momentos memoráveis do primeiro semestre ficarão marcados na minha vida.

A minha querida amiga, Laura Miranda, eu agradeço por todos os momentos de desabafo, de estudos para seminários, avaliações, dos almoços, das conversas sobre o Serviço Social, sobre nossos anseios de desejos para o futuro. Linda do meu coração, você deixou saudades, agradeço por ter sido tão companheira e conselheira quando eu mais precisei. Sua paciência, sua persistência, mesmo em meio a dificuldades também me fortaleceram. Obrigado por tudo!

Agradeço a Maize por todos os momentos partilhados, inclusive aqueles mais chatos. Obrigado por ter feito parte desse processo. Por cada dia de amizade e pelas brigas, bobas ou não, mas que me fizeram bem. Obrigado por ter me viciado em seriados. Desculpe por ser chato algumas vezes. Desejo que você tenha um futuro maravilhoso pela frente.

Aos grandes Amigos Rodrigo e Homero eu agradeço por terem me proporcionado muitos momentos de aprendizado. Agradeço o carinho e a confiança. Obrigado por me fazerem tão bem.

A Francielle, Luis Manoel, Gabriel, parceiros de escrita na biblioteca ou nos corredores dessa universidade, obrigado pelas trocas, pelas tardes, manhãs e muitas vezes inícios de noites, foram dias animadores. Vocês são parte importante na reta final desse trabalho. Obrigado pela companhia, por dividirem comigo um momento tão importante. Pena que tivemos poucos momentos de aproximação. Tenho uma admiração enorme por vocês. Sucesso nessa nova etapa da vida de vocês, pois após superarmos todas as angústias do processo, é hora de comemarmos cada segundo de superação.

A Rafaela Corrêa, eu agradeço pelos abraços, pelos puxõezinhos de orelha, pelas horas e horas de conversas, pelas trocas de abraços, de sorrisos, de deboches e pela paciência em aceitar essa pessoa tão chata aqui. Queridinha, obrigado por tudo! Irei sempre lembrar de você. Assim que possível eu te sequestrarei, por isso, deixe uma malinha pronta e você tem que prometer se comportar, tá? Obrigado por tudo o que você fez em tão pouco tempo. Obrigado

pelos livros emprestados, obrigado por existir. Obrigado! Obrigado! Obrigado! Obrigado!

As minhas amadas Vânia e Géssica eu só tenho a agradecer por todos os momentos vividos. A Géssica, tenho a dizer que foi um prazer inenarrável contar com você. Mesmo você sendo tão chata. Jamais esquecerei os puxões de orelha que você me deu. Me alegra os dias saber que pude conviver com um ser tão maravilhoso. Sua linda, desculpe qualquer coisa que eu tenha feito, não sou tão perfeito, quanto aparento. Obrigado por tudo.

A Vânia Regina, eu agradeço pela super parceria nas bolsas de pesquisa, ensino e extensão, o domínio teórico e o poder de síntese foram imprescindíveis na nossa luta diária. Obrigado por ser a minha metade prática. Por compreender as minhas complicações. Obrigado pela sintonia de pensamentos, sendo necessário apenas um olhar para os bafos começarem. Te levarei para sempre no meu coração. As queridíssimas, Rozane, Rozeli e Silvani eu agradeço por todos os momentos de troca de chimarrão, dos abraços, dos momentos de apoio dispensados a mim. Obrigado por acreditarem em mim. Adoro vocês mães corujas. Obrigado por tudo.

Ao bando da casinha verde Nizar, Bruna e Diego, eu agradeço pelos momentos de muitos risos nos meus prováveis últimos meses em São Borja. Vocês ficarão sempre na minha memória. Passamos por tanta coisa em tão pouco tempo que chega a dar um aperto no peito só de pensar que logo mais eu não estarei na companhia de vocês. É estranho pensar que não terei mais a rotina de chegar da Unipampa e ouvir insultos, antes mesmo de abrir a porta. Obrigado por cada segundo partilhado. Bruna, sua babaca, sentirei muita falta dos insultos mais cheios de amor impossível.

Agradeço a Ariane Bender, pelas parcerias, conversas, festas e trocas nesses últimos meses. Te adoro demais. Sigamos em busca de melhores caminhos, porque merecemos todo o sucesso do mundo. Obrigado por me compreender. A Isabel eu agradeço pela amizade linda que construímos. Desejo tudo de maravilhoso e que você conquiste todos os teus sonhos. Obrigado pela oportunidade de tê-la conhecido. Te adoro porque eu aprendi muito com você. Agradeço a Inês pelas várias histórias compartilhadas. Obrigado por fazer parte de momentos lindos da minha vida. A Alessandra, Vanessa e Karolyn, agradeço por todos os momentos de alegrias, de gordices e de desabafos. Sentirei saudades de vocês

Ao meu grande amigo Ander, agradeço por ter me inspirado a buscar uma formação profissional com qualidade, se não fosse por você eu hoje seria um Assistente Social frustrado e negligente com a minha formação, já que na antiga “faculdade” tínhamos um “ensino” extremamente precário. Obrigado por nunca desistir de mim, mesmo na distância. Amigos como você são raros.

Agradeço de forma especial a Cleia, Assistente Social da APAE, por ter sido minha supervisora de campo e minha amiga. Levarei seus conselhos para a minha vida. Obrigado por tudo o que fizeste por mim. Sentirei saudades. Estendo os agradecimentos a Marla, Claudia, Gorete, Ivana e as Andreia's, que no desenvolvimento do meu estágio na APAE foram queridas. Obrigado pela oportunidade de aprender um pouco mais.

A Mariléia, minha orientadora querida, eu agradeço pelo privilégio de ser orientado por alguém tão comprometido, focado e sensível. Sou grato pela oportunidade de ter convivido com você, sobretudo pelo aprendizado nas disciplinas de FHTM e Oficina de Integração Teórico-Prática. Quando eu crescer eu quero ser tal qual você é! Obrigado Iamamoto dos Pampas, por me proporcionar os melhores momentos de aprendizado da minha formação. Nos meus olhos brotam lágrimas de saudade e de orgulho por ter convivido com você durante a construção desse trabalho. Agradeço por me apoiar e chamar atenção nos momentos mais tensos no processo de escrita de TCC. Obrigado pela competência e comprometimento com o processo de formação profissional. Obrigado por me fazer entender um pouco da escrita do Netto, durante as FHTM's. A qualidade dos seus ensinamentos serão sempre lembrados. Obrigado por ter feito parte da minha trajetória acadêmica e por contribuir ainda mais para que escrevesse um trabalho que problematize a formação profissional e a educação no Brasil. Jamais esquecerei dos debates em sala de aula, nos corredores, e nos últimos dias, até no RU. Amada professora, seus ensinamentos ficarão marcados na memória e serão parte imprescindíveis durante a minha vivência e prática profissional.

A professora Simone Barros de Oliveira eu agradeço pelas experiências compartilhadas e pelo aprendizado que levarei para a minha vida. Obrigado por todas as alegrias que me proporcionaste nas experiências de pesquisa e na extensão e dos processos de apresentação de trabalhos e pelo conhecimento

construído. A professora Elisângela eu agradeço as conversas, a confiança e todos os ensinamentos. Te admiro muito.

Aos demais professores, eu agradeço pela oportunidade de desenvolver minhas potencialidades e trabalhar as minhas fragilidades. Obrigado por desenvolverem uma prática docente de qualidade. A forma encantadora com que trabalharam nas disciplinas foram base para a construção de uma base sólida, pois sem o conhecimento transmitido e impulsionado através dos seminários, dos trabalhos em sala de aula e em campo. Obrigado por oferecerem um Ensino de qualidade, por serem profissionais comprometidos com o Projeto ético-político da Profissão. Obrigado pelo exemplo de profissionais que demonstraram ser.

Ademais, agradeço a Unipampa pelas histórias vividas e por proporcionar uma vivência acadêmica e o convívio com pessoas de todos os cursos e pela oportunidade de viver o sonho de concluir um curso superior. Obrigado a todos por proporcionarem momentos memoráveis nesses quatro anos, pela chance de expandir conhecimentos e apreender todos os dias o desafio e a beleza de cursar Serviço Social!

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitissem às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica” (Paulo Freire)

RESUMO

A educação, assim como as demais políticas sociais, vem sofrendo os impactos da ótica neoliberal, por torna-la instrumento de mercado, que pode ser amplamente comercializado. Neste cenário, o presente estudo tem como objetivo problematizar o cenário da educação brasileira, em específico da educação superior, e os impactos na formação profissional em Serviço Social, a partir da proliferação dos cursos ofertados na modalidade a distância. A luz do método dialético-crítico e de pesquisa bibliográfica e documental, os resultados demonstram que com a expansão dos cursos na modalidade a distância tem-se uma ampliação significativa no número de profissionais, ao mesmo tempo em que coloca-se em xeque a qualidade deste processo formativo, tendo em vista que sua ênfase está na certificação em massa em detrimento de um perfil profissional requisitado.

Palavras- chave: Mercantilização; Educação; Educação a distância; Formação Profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

Education, as well as other social policies, has been suffering the impacts of neoliberal optic, makes her market instrument, which can be widely marketed. In this scenario, the present study aims to problematize the scenario Brazilian education, specifically of higher education, and the impact on vocational training in Social work, from the proliferation of courses offered in distance mode. The light of the dialectical method-critical and bibliographical and documentary research, the results show that with the expansion of courses in distance mode has been a significant expansion in the number of professionals, while put in check the quality of this formative process, considering that its emphasis is on mass certification at the expense of a professional profile requested.

Key Words: Commodification; Education; Distance education; Vocational Training; Social Work;

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Conceitos de Educação a distância | 34 |
| Quadro 2 – Instituições de Ensino Superior Presencial e EaD | 40 |
| Quadro 3 – Instituições de Ensino Superior que ofertam o Curso de Serviço Social na modalidade presencial e EaD | 41 |

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

EaD – Educação a distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NUCRESS- Núcleo de Assistentes do Conselho Regional de Serviço Social

PROUNI – Programa Universidade para todos

SiSu – Sistema de Seleção Unificado

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 18 |
| 2 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO | 22 |
| 2.1 Os impactos das mudanças conjunturais na Educação: breve contextualização | 22 |
| 2.2 Formação Profissional : do que se refere? | 26 |
| 3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA UMA “NOVA E VELHA” MODALIDADE DE ENSINO EM EVIDÊNCIA | 30 |
| 3.1 Do surgimento a consolidação do ensino a distância: conceitos e configurações | 30 |
| 4 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL | 39 |
| 4.1 A formação em Serviço Social na modalidade a distância | 39 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 51 |
| REFERÊNCIAS | 55 |

1 INTRODUÇÃO

A formação profissional em Serviço Social, bem como a realidade da educação brasileira tem sido alvo de intensos debates, onde são tecidas reflexões acerca das influências do cenário atual e os impactos da política neoliberal nas transformações relacionadas ao processo de formação profissional, bem como as transformações no mundo do trabalho, que definem e redefinem o perfil profissional e o tipo de formação superior que atende a demanda desse mercado.

Sendo assim, problematizar a relação entre a expansão do ensino superior e a formação em Serviço Social na modalidade a distância, a partir das transformações pós-expansão desenfreada das universidades públicas e privadas, especialmente, com foco na análise dos rebatimentos e impactos do ensino na modalidade EaD na formação profissional dos Assistentes Sociais, é de suma relevância, tendo em vista que o estudo não parte apenas de estudos teóricos, mas suas raízes estão calcadas na experiência do acadêmico em cursar alguns semestres no Curso de Serviço Social na modalidade a distância. Não há dúvidas que a vivência do processo permite uma apreensão concreta da realidade do Serviço Social na modalidade.

Neste cenário, o presente estudo se propõe evidenciar os impactos da mercantilização do ensino superior, a partir de uma análise crítica sobre o ensino a distância e a formação em Serviço social, à luz das categorias do método de Max, a fim de traçar considerações coerentes acerca da formação profissional, tendo em vista a crítica a uma formação profissional pautada no interesse da lógica mercantil.

Para tanto, desvendar o objeto sobre o qual o olhar investigativo se volta possibilita descobertas sobre algo já estudado ou o desvendamento de uma nova perspectiva sobre o estudo que o pesquisador se propôs trabalhar. Dessa forma, o processo de produção do conhecimento objetiva dar respostas aos questionamentos e inquietações do pesquisador sobre o objeto, não esgotando-se ao final do processo.

Neste cenário, conhecimento¹ e pesquisa tonam-se indissociáveis na medida em que a pesquisa torna-se vetor do conhecimento científico e este, logo,

¹ O conhecimento é a tomada de consciência de um mundo vivido pelo homem e que solicita uma atitude crítico-prática, envolvendo o mundo sensível, perceptível e intelectual do ser pensante. É uma atividade que, por sua natureza, é transformadora da realidade, embora circunstâncias existam, e muitas são elas, em que o conhecimento se apresenta como prática repetitiva (BARROS, 1990, p.11).

transforma-se em objeto de uma nova pesquisa. Uma vez estabelecida essa relação baseada na interlocução conhecimento e pesquisa suscitam processos de transformação da realidade pesquisada, além de colaborar para a construção de um novo saber, baseado em uma nova leitura da realidade.

Fazer uma pesquisa significa aprender a pôr ordem nas próprias ideias. Não importa tanto o tema escolhido, mas a experiência de trabalho de pesquisa. Trabalhando-se bem não existe tema que seja tolo ou pouco importante. A pesquisa deve ser entendida como uma ocasião única para fazer alguns exercícios que servirão por toda a vida. O trabalho de pesquisa deve ser instigante, mesmo que o objeto não pareça ser tão interessante. O que o verdadeiro pesquisador busca é o jogo criativo de aprender como pensar e olhar cientificamente (GOLDENBERG, 2004, p. 68).

É importante reconhecer nesse processo a contribuição do método materialista histórico e dialético, na medida em que contribui para transpor a visão fenomênica em que o objeto se manifesta e de como essa realidade está representada no cenário da educação superior. Nesse sentido, as categorias do método (historicidade, totalidade e contradição), contribuem para o reconhecimento da educação no seu processo sócio-histórico, levando em conta as relações estabelecidas em sua totalidade, portanto, que não se resumem exclusivamente a relações sociais e econômicas, mas são preenchidas de relações que são também políticas e culturais, as quais são permeadas de processos históricos e contraditórios.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica² e documental³ apresenta-se enquanto fundamentais para a apreensão do objeto e seus determinantes, na medida em que a análise das informações possibilita a apreensão da temática, ao mesmo tempo em que dá subsídios para realizar inferências acerca do tema, pois o pressuposto é responder aos questionamentos de interesse individual quanto coletivo. Portanto, para compreender os impactos da expansão do ensino superior no Brasil e a tendência desse processo na formação superior em Serviço Social, a pesquisa

² É desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2007, p.65).

³A pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica, no entanto, A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a *pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa* (GIL, 2007, p.66, grifos nossos).

bibliográfica e documental foi desenvolvida com vistas a reconhecer o tema no contexto social e apreender a dinâmica e as contribuições substanciais no que tange a formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade.

Posto isso, o processo de construção do estudo dar-se-á por meio da análise das produções bibliográficas e documentais existentes (produções relacionadas ao tema proposto como objeto deste trabalho: “Educação a distância e a formação profissional em Serviço Social”), no intento de evidenciar os rebatimentos e impactos da expansão desenfreada do número de universidades e cursos universitários no cenário educacional brasileiro, sobretudo, no ensino superior, e acerca dos cursos na modalidade de ensino a distância, especificamente no que diz respeito à formação profissional em Serviço Social.

Para tanto, o tratamento das informações pesquisadas deu-se por meio da análise de conteúdo, que pressupõe três etapas, a começar pela *pré-análise*, que é a fase da organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas num plano de análise. Geralmente esta fase pressupõe a escolha dos documentos a serem submetidos à análise e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2009).

O segundo momento faz referência à *exploração do material*, fase que consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Como componentes que carregam informações que são relevantes para a composição considerações sobre a temática estudada, a elaboração do quadro categorial é essencial, uma vez que auxilia no mapeamento de informações através do que chamamos de categorias explicativas do tema. Segundo Bardin (2009, p. 145), “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns desses elementos”. Assim sendo, o quadro serve como norte para o desenvolvimento das etapas que compõem o desenvolvimento do estudo e exploração dos materiais que irão subsidiar, desde o processo de escolha dos materiais a serem estudados até o momento da sistematização dos dados coletados, a partir da leitura crítico-analítica dos documentos e bibliografias escolhidas.

Por fim, o terceiro consiste no *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*, onde o pesquisador, nesta etapa, parte do conteúdo resultante da pré-análise e da exploração do material, dá início a construção da argumentação e análise do objeto, com base em suas interpretações. Esta fase serve tanto para apresentar os resultados do estudo, como para destacar as informações relacionadas à temática estudada, que devem ser exploradas em futuras pesquisas, pois trarão contribuições relevantes sobre o estudo recém finalizado (BARDIN, 2009).

Nesse sentido, o trabalho está estruturado de forma que cada capítulo corresponde às questões que nortearam o desenvolvimento do projeto de TCCI, onde foi previsto o estudo com a finalidade de desvendar os pressupostos da formação profissional na contemporaneidade, bem como, a configuração do ensino a distância e a relação entre a expansão do ensino superior e a formação em Serviço Social na modalidade a distância.

Para tanto, no capítulo II será abordado uma breve contextualização da formação profissional e o significado que lhe é atribuído na contemporaneidade, dadas as transformações sociais provocadas pela lógica neoliberal e das implicações na política de educação, sobretudo na formação superior.

Na sequência, no capítulo III, desenvolve-se a retomada do processo de surgimento da educação a distância, evidenciando as diferentes configurações da modalidade no processo sócio-histórico até o momento de sua consolidação, quando elementarmente expande-se sob o pressuposto de ampliação do acesso ao ensino superior.

No capítulo IV, por sua vez, dá-se ênfase para a análise dos rebatimentos do processo de mercantilização da educação na formação profissional em Serviço Social, apresentando informações numéricas que elucidam o aumento exponencial de profissionais da área nos últimos anos.

Nas considerações finais, para fechar o trabalho, apresenta-se breves encaminhamentos e propostas frente ao cenário apresentado, cujo pressuposto não trata-se por negar a modalidade, mas sim de perceber que no Serviço Social ela é incompatível com o perfil que se deseja formar.

2 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O direito a educação é uma bandeira política defendida por diferentes atores políticos nos mais diversos terrenos, onde a defesa dos seus interesses tem uma relação direta com o modelo de educação disponibilizada à população. Diante desse contexto, faz-se necessário que os olhares estejam atentos às mudanças conjunturais, para que se perceba a relação que elas têm com o conjunto de transformações sociais que as políticas sociais têm sofrido, sobretudo, as políticas educacionais (FREITAS; BICCAS, 2009).

2.1 Os impactos das mudanças conjunturais na educação: breve contextualização

Desde a Revolução Industrial no século XVIII, as relações sociais de modo geral sofreram grandes transformações. O aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, ou seja, a substituição da produção manufaturada pela fabril abre uma série de mudanças que modificam o cenário político, social e econômico.

Frente à substituição da mão de obra humana pela máquina e sob reflexos da lógica do capital, o trabalhador, a fim de garantir a sua sobrevivência, necessita transformar sua mão de obra em mercadoria, ao mesmo tempo em que agrega valor ao processo de produção, afinal, “no capitalismo ao ser tratada como mercadoria, a força de trabalho possui duplo caráter: ser produtora de valor de uso e valor de troca” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 51). Esta realidade leva a um grande contingente de trabalhadores tornarem-se alheios ao “chão das fábricas”, pois os espaços de trabalho que antes demandavam número significativo de trabalhadores, com a inserção da máquina, passam a demandar apenas um trabalhador qualificado para o manuseio das tecnologias implementadas. A demanda é por um trabalhador incorporado ao processo produtivo, com qualificação mínima para o exercício da tarefa rotineira e especializada e que, ao mesmo tempo, seja versátil.

Portanto, se por um lado, a substituição do trabalho humano pela máquina provoca um aceleração da produção, de outro, trás o aprofundamento das desigualdades sociais, uma vez que as relações de trabalho também sofrem grandes mudanças, pois junto destas transformações se aperfeiçoam técnicas de

produção que fragmentam o saber do trabalhador, suas formas de vínculo e manutenção no trabalho, cuja exploração da mão de obra humana (trabalhos informais e mal remunerados) torna-se evidente⁴, entre outros.

Nesta ótica, os impactos da lógica neoliberal reconfiguram as políticas sociais, na medida em que “gera uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que cria um nicho lucrativo para o capital, em especial para segmentos do capital nacional que perderam espaços com a abertura comercial” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 151).

Diante de todas essas transformações que levaram a substituição do trabalho vivo (mão de obra humana) pelo trabalho morto (máquinas) tende a ser um dos fatores que levou às novas configurações pelas quais passará a educação. A partir da lógica da produção para atender o mercado mundial, surge à necessidade de mão de obra qualificada, ou seja, de um desenho educacional que atenda as necessidades desse mercado.

É neste cenário geopolítico que a educação brasileira tem sido alvo de intensos debates. São tecidas reflexões acerca das influências das transformações provocadas pelo capital na forma de organização das relações sociais, políticas e econômicas, inclusive de como essas mudanças impactam nas políticas sociais brasileiras, sobretudo, nos impactos da política neoliberal nas transformações relacionadas aos processos de desenvolvimento da economia mundial, que por sua vez provocam transformações nas formas de organização do mundo do trabalho e que, também, definem e redefinem o perfil profissional e o modelo educacional necessário para atender as demandas postas por esta economia de mercado. “É nessa contradição que se demarca a necessidade de escolarização de massa e da configuração da instituição escolar como preparadora para a inserção no mundo do trabalho” (CATANI, 2006, p.138).

As escolas e universidades passam a exercer papéis estratégicos na nova configuração social, que avança de forma avassaladora trazendo sérias consequências principalmente para os chamados “países emergentes”, principalmente após o que se conhece como 3ª Revolução Industrial ou Revolução Tecno-científica, que eleva ainda mais o desenvolvimento de técnicas e do saber

⁴ Nesse sentido, pode-se verificar que as modificações realizadas pela revolução dos modelos de produção não se restringiram apenas a questões econômicas, pois interferem, das mais diversas e perversas formas, nas dimensões da vida em sociedade.

científico e tecnológico, os quais ficam hegemônicos aos países cujo poderio é manifesto.

Evidentemente, a educação pública que temos resulta das leis e do poder configurador que delas emana, mas também resulta das assimetrias políticas entre as pessoas que têm ganhos diferenciados, entre segmentos populacionais que se diversificam pela origem, entre brancos e não brancos, entre homens e mulheres e entre adultos e crianças, de modo que a construção e o acesso a esse “bem público” primordial que é a educação escolar se deu no bojo de uma sociedade reconhecidamente concentradora de riqueza, benefícios e poder decisório. Portanto, não é somente a elucidação de labirintos que conduzia à promulgação da lei que nos habilitará a compreender o “lugar” da educação pública no Brasil (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 18).

Sendo assim, tanto o ensino técnico, como o ensino superior direcionam-se para atender à formação de profissionais requisitados pelo mercado, num curto espaço de tempo e facilmente absorvíveis. Dessa mudança conceptual de política educacional, decorre o incentivo à expansão das universidades privadas, que amplia o acesso ao ensino superior⁵, com inúmeras facilidades para o ingresso e permanência na instituição⁶, no entanto, sem preocupações efetivas com a qualidade e o perfil do egresso. Nessa lógica, Rossato (2006, p.95) demonstra que “a educação recebe o tratamento de mercado, a escola, de empresa e o estudante, de produto; o tratamento dispensado, à educação é técnico, omitindo-se o político-pedagógico; a quantidade e os resultados são privilegiados em detrimento da qualidade”.

Compreendendo a educação que forma para o mercado, o ensino desempenha aqui um papel de destaque: assegura e atualiza as competências e as qualificações dos trabalhadores, o que é essencial quando se deseja dispor de uma mão de obra capaz de adaptar-se às mudanças contínuas que resulta, dos progressos da tecnologia (PAPADOPOULOS, 2005, p. 22).

Diante desse cenário, os organismos mundiais (Banco Mundial, por exemplo) é que traçam as prioridades para a educação, para que se estabeleça um padrão de ensino que esteja em consonância com os objetivos das agências multilaterais, o que leva as escolas e universidades a assumir a postura de grande empresa.

⁵ Antes de tudo, é preciso deixar claro que a crítica não se dirige à ampliação de vagas, mas como isso vem sendo operado e a qualidade desta formação via expansão desenfreada.

⁶ Pode-se trazer como exemplos o FIES, PROUNI, as modalidades de bolsa “filantropia”, ENEM, as cotas e além de outros descontos para cursos específicos.

O movimento do capital tem a peculiaridade de transformar toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital, convertendo tudo em mercadoria destinada ao mercado e por isso mesmo produzindo um sistema universal de equivalências, próprio de uma formação social baseada na troca de equivalentes ou na troca de mercadorias pela mediação de uma mercadoria, o dinheiro, como equivalente universal (CHAUI, 1999, p.119).

Diante do exposto, é preciso levar em consideração que os maiores entraves existentes para a efetivação da educação enquanto direito, conforme disposto no artigo 205⁷ da Constituição Federal de 1988, dá-se pelas medidas impostas pelos organismos mundiais (FMI e Banco Mundial, por exemplo), que incidem diretamente na organização das políticas sociais dos países orientados pelas suas diretrizes.

Com base no contexto econômico e hegemônico vigente, ao ditar os parâmetros de organização das relações sociais e econômicas, estes organismos definem e redefinem os direcionamentos das políticas sociais, a fim de que os países executem ações com vistas a alcançar o patamar de grandes potências mundiais. Nessa perspectiva, o conjunto das relações sociais que serão tecidas são oriundas das orientações do sistema econômico, que materializam políticas sociais numa lógica que reforça as desigualdades sociais, uma vez que é negado tanto o acesso universal, quanto o acesso equitativo à política de educação, ainda que estabelecida enquanto direito legal.

Diante disso, percebe-se que a fim de alavancar processos que contribuam para o sucesso das estratégias dos organismos mundiais de alcançar os objetivos traçados, as reformulações são lançadas num discurso de que o país avança para a garantia do acesso à população, bem como o acesso a um sistema de ensino qualificado. No entanto, o que se vê é a “educação num processo contraditório” (GOIN, 2008), uma vez que as ações desenvolvidas pelo Estado estão pautadas unicamente na perspectiva de construir mecanismos que permitam a consolidação do modelo vigente e conduzam a educação como seu *locus* estratégico (de mercado).

Nesse sentido, para compreender os avanços e retrocessos existentes nos processos relacionados à construção e consolidação da política de educação no

⁷ A educação apresenta-se como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2011, p. 56).

Brasil, há que se considerar que na lógica do capital, investir em educação é um negócio bastante lucrativo. É preciso atentar-se, além disso, para as formas em que as políticas educacionais vêm sendo executadas e de como essa oferta vem sendo acessada pela população.

A educação pública que se configurou no Brasil não foi somente resultado de um descaso proposital do Estado. Visando empobrecer um sistema para atender “na medida exata” as demandas da produção que se modernizava. A construção social da escola pública, no Brasil, não foi e não é somente um “reflexo” da estrutura econômica. Essa escola também resultou da opinião que várias camadas sociais compartilharam a respeito dos seus próprios direitos de mobilidade, os quais não se apresentaram sem demonstrar também uma disponibilidade a procurar na esfera privada os signos de sua distinção, de modo a fazer com que instituições básicas da plataforma republicana como a escola pública e o hospital público, por exemplo, em menos de um século fossem convertidos em símbolos de decadência social para alguns ou expressão de homologia entre o que são os pobres e o que são as instituições que os pobres frequentam, ou ainda que seja inconsistente a presunção de que a escola pública só recebe alunos pobres (FREITAS; BICCAS, 2009, p.22)

Neste cenário, os impactos da política neoliberal diante da perspectiva de formação profissional são pautados no interesse da lógica de mercado, ao evidenciar a simplificação e diversificação dos projetos pedagógicos dos cursos, a transmissão conteudista, a seriação e a mercantilização do ensino, tendo em vista que com a educação passa a ter valor de mercado, o que implica em na fragmentação e “flexibilização” dos currículos e da formação profissional.

2.2 Formação profissional: do que se refere?

A compreensão do significado de formação profissional e a incidência da lógica mercantil neste processo de formação da mão-de-obra para atender as demandas suscitadas pelo aceleração dos processos de produção, na ótica capitalista. Formação⁸ que, derivada do latim, se traduz por a toda a ação, efeito,

⁸ do latim *Formãtiõ, õnis, subst. f. I - Sent. Próprio: 1) formação, confecção, configuração forma. II sent. Figurado: 2) Formação. Formador, do latim Formãtor, õris, sub. m. I sent. Próprio: 1 o que dá a forma, formador criador. II sent. figurado: 2) o que forma, instrui. Ou ainda, Formação[Do lat. *Formatione*] S.F 1 Ato ou efeito de formar. Constituição, caráter. No que diz respeito ao conceito de Profissional [de profissão + al, seg. padrão erudito] Adj 2 g.1. referente ou pertencente a profissão ou a certa profissão. Ensino profissional, deformação profissional. (Dicionário escolar latino- português).*

ato, modo de formar, educar e é relativo ao modo como se constitui um processo formativo, uma vez significa tomar forma ou concluir uma etapa de um processo, por exemplo, conclusão de um curso profissional ou universitário. Além disso, formação diz respeito ao processo pelo qual um objeto ou uma pessoa percorre a fim de dar forma ou constituir um objetivo previamente pensado, planejado.

Em sua acepção mais ampla, a formação profissional (FP) designa todos os processos educativos que permitam, ao indivíduo, adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, quer esses processos sejam desenvolvidos nas escolas, quer nas empresas. A FP, como outras dimensões da vida em sociedade, está condicionada pelas relações sociais e pelos embates entre capital e trabalho na esfera de produção, refletindo, também, relações de poder e concepções de mundo dos agentes (CATTANI; HOLZMANN, 2006, p.136)

É evidente que a rapidez das transformações incidem na oferta de vagas de emprego e no perfil profissional exigido para preencher esses postos de trabalho, ao mesmo tempo em que essas direcionam as formas como os governos tem de conduzir as políticas educacionais, com o objetivo de atender as necessidades de mão de obra que seja “útil” por estes “novos campos de atuação profissional”.

É nessa lógica perversa de atendimento de uma demanda posta pelos meios de produção e reprodução do capital que a educação ainda será identificada com formação de “recursos humanos” em um contexto de restrições impostas por taxas de desemprego sempre elevadas. Ainda que essa falsa perspectiva de formar para o mercado não ofereça garantia do sucesso na conquista das vagas direcionadas para uma grande massa de profissionais que é formada para um determinado número de postos de trabalho,

A perspectiva de desemprego repercute no interesse dos jovens de prosseguir os estudos e influi na escolha dos que se orientam para uma formação profissional. Os poderes públicos utilizarão cada vez mais a educação e a formação como instrumento da política do emprego, bem como para os jovens do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, reduzem as taxas de desemprego (PAPADOPOULOS, 2005, p. 22).

Ainda nessa perspectiva, o autor contribui para uma reflexão de que não pode-se exigir das políticas educacionais algo que foge de seus domínios, uma vez que ainda que forme para o mercado, a educação não dá conta de garantir que os profissionais que são produtos desse processo de formação em massa, sejam consumidos pelo mesmo mercado que inclui para excluir.

Evidente que a educação pode contribuir bastante na preparação dos jovens para o emprego e na reciclagem dos ativos, mas é preciso resistir às tentação de considerá-la como um remédio para o desemprego. Ela pode sem dúvida, melhorar as chances do indivíduo na corrida pelo emprego, mas não pode criar empregos, exceto marginalmente, e não se pode esperar que redefina seus objetivos para formar jovens para a vida inativa (PAPADOPOULOS, 2005, p. 22).

Diante disso, pode-se visualizar o processo de formação profissional numa perspectiva de atendimentos de requisitos que tem ligação direta com a ordem mercadológica, uma vez que criam-se verdadeiras empresas de produção de mão-de-obra, sendo responsabilidade das escolas ou universidades formar pessoas para atender essas exigências. Nesse sentido, recai sobre a educação o papel de “adestrar” uma massa de sujeitos aptos para inserir-se no mundo do trabalho, observando-se as perspectivas e perfis apresentados pelo atual modelo de organização da sociedade.

A formação profissional está, em grande parte associada às necessidades definidas pelas empresas no que concerne à sua política de organização e gestão do trabalho. Sob a ótica taylorista-fordista, ela assume um caráter restrito de adestramento da mão-de-obra e de adaptação do produtor direto ao posto de trabalho. Nas empresas que superaram os limites dessas práticas, a FP é incorporada como estratégia operacional na busca de qualidade e da produtividade. Nesse sentido, a qualificação do trabalhador pode estar conjugado à polivalência, ao enriquecimento das tarefas e ao aumento da responsabilidade dos operadores de direitos. Ela integra assim, o sistema técnico e o sistema de relações humanas definido pela empresa. (CATTANI; HOLZMANN, 2006, p.136-137).

Nessa lógica, o intuito essencial dos organismos mundiais ao estabelecer objetivos e prioridades para a educação, é que se estabeleça um padrão de ensino que esteja em consonância com as necessidades do mercado, oferecendo diferentes cursos, em diferentes modalidades (presencial e a distância), para introduzir a venda de sua mercadoria (educação) em espaços cada vez mais diversos. De fato, não interessa a forma, mas sim formar!

Mais intrigante ainda é perceber que diante da ineficiência em prover mecanismos eficazes no ensino superior, a EaD é que assume esse papel de corroborar com avanços a este nível de ensino. Cabe ressaltar que uma vez que as ações do Estado são qualitativamente ineficazes e as estratégias de expansão têm implicado no desenvolvimento de uma educação nos moldes mercadológicos, a

tendência dominante é a implementação de uma política de ampliação do acesso, sob falácias de garantia do direito à educação.

Com base nas informações elencadas até aqui, onde a educação é um determinante no processo de desenvolvimento econômico e social, no próximo capítulos será abordada a educação a distância nesse processo e das configurações que a educação superior no Brasil, dadas as transformações que as relações de trabalho sofrem nesse processo.

3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA “NOVA E VELHA” MODALIDADE DE ENSINO EM EVIDÊNCIA

Nessa terceira parte do trabalho pretende-se desenvolver algumas ponderações acerca da educação a distância, através de um processo reflexivo sobre o desenvolvimento desta modalidade. Busca-se analisar os diferentes momentos pelos quais a educação brasileira transita em relação a educação à distancia, tendo em vista que o pressuposto é apreender os caminhos que a modalidade percorre.

3.1 Do surgimento à consolidação do ensino a distância: conceitos e configurações

O desmantelamento da educação enquanto direito é perceptível, na medida em que o tratamento de mercadoria dispensado a esta política contribui para o desenvolvimento de processos que provoquem a sua subsunção ao mercado. Mediante o uso de estratégias que atendam os interesses da população, sem que comprometa os interesses do capital, são pensadas e executadas uma série de políticas educacionais que estão por trás de um discurso que afirma a democratização do acesso e expansão de universidades, norteados pelo desenvolvimento de mecanismos que ampliam as formas de acesso e permanência, uma vez que asseguram a inserção de um grande contingente da população que se via distante do ensino superior. Como exemplo das estratégias de ampliação do acesso temos o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), dentre outros, que possibilitam a conclusão de um curso de graduação (ou tecnólogo) “sem grandes dificuldades”.

A educação que poderia ser uma alavanca social para a mudança, tornou-se um instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer o conhecimento e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

O movimento em torno da ampliação do número de vagas em Universidades públicas e privadas, sobretudo, reafirma os interesses dos organismos mundiais, que realizam investimentos na área educacional, uma vez que apontam a educação

como um caminho necessário para que um país possa se desenvolver economicamente e consiga alcançar índices de desenvolvimento, que o equiparem aos países considerados grandes potências econômicas e tecnológicas.

Portanto, há a necessidade de que a educação se transforme afim de que sejam estabelecidas condições favoráveis para se alcançar as expectativas colocadas sobre escolas e universidades, uma vez que aos olhos dos organismos multilaterais a educação é percebida como vetor crucial no processo de superação dos brutais disparidades sociais e econômicas brasileiras, como se os índices educacionais colaborassem para que grande parte da população deixasse de apresentar desigualdades.

Há que se considerar que as transformações tecnológicas colocam sobre a educação o compromisso de ofertar possibilidades de acesso da população ao “conhecimento”, ainda que em detrimento da qualidade do ensino que é disponibilizado à população. Afinal, o que está em voga é a “formação via certificação em massa”.

Nesse sentido, é perceptível que a difusão da modalidade a distância, no cenário educacional brasileiro, dá-se por decorrência desta demanda que manifesta-se como impacto da política neoliberal, tendo em vista que para o desenvolvimento do capital é necessário que esses países apresentem indicadores de desenvolvimento – e o acesso a educação é um destes indicadores.

É partir disso que a educação a distância ganha destaque, tendo em vista que é capaz de alcançar um grande contingente de pessoas, uma vez que o uso das tecnologias proporciona o acesso de pessoas que moram em zonas distantes dos grandes centros ou de uma instituição de ensino superior.

Nesse contexto, no que diz respeito a educação a distância aos interesses do capital, pode-se perceber que ela dá conta de ofertar o acesso ao ensino superior em grande escala, dado que, por se tratar de uma modalidade que se utilizar de tecnologias para a “transmissão do conteúdo”, ela tem a capacidade de formar um grande contingente de profissionais. Diante disso, considera-se que

A difusão da EAD se deu em meados do século XIX. A revolução industrial trouxe novas condições tecnológicas, profissionais e sociais. Aliando-se, ainda, a utilização da imprensa de Gutenberg e o desenvolvimento postal na Europa, começaram a surgir muitas escolas por correspondência em países como França, Inglaterra e Alemanha (FRANCO, 2004, p.10).

Considera-se como marco inicial da educação a distância no Brasil a criação, por Roquete Pinto, entre 1922 e 1925, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e de um plano sistemático de utilização educacional da radiofusão. Outro marco importante que demarca o surgimento desta modalidade foi a criação do Instituto Monitor, em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro em 1941, que ao implantarem cursos profissionalizantes por correspondência possibilitaram o acesso ao conhecimento de pessoas de várias regiões do país (FRANCO, 2004, p.14). Cabe destacar, que

As primeiras experiências com EAD no século XIX apresentam uma concentração maior na Europa, com o oferecimento de cursos por correspondência na Suécia, Reino Unido e Espanha, além dos Estados Unidos. No início do século XX, países como Austrália, Alemanha, Noruega, Canadá, França e África do Sul começam a vivenciar suas primeiras experiências com esse tipo de ensino. Entretanto, apenas na segunda metade do século XX é que a EAD começou a se fortalecer e a se estabelecer como uma importante modalidade de ensino (LOPES et.al, [s/d], p.02).

Sendo assim, a educação por correspondência pode ser compreendida como o primeiro modelo de educação a distância, na qual a forma de ensino-aprendizagem dava-se por meio de trocas de cartas, estabelecendo assim uma modalidade de ensino com base em um diálogo escrito, com o uso de linguagem que buscava instituir proximidade entre o aluno e o professor, com a finalidade e estreitar as fronteiras geográficas existentes entre ambos.

Com o avanço das tecnologias, através da utilização dos veículos de telecomunicação (rádio e televisão) a modalidade a distância passa a atingir grande massa da população, uma vez que o uso desses mecanismos facilitava o processo de produção de materiais didáticos, mais tarde complementado com o uso de fitas e vídeo cassetes, além do material didático impresso. A esse segundo movimento da educação na modalidade a distância dá-se o nome de 2ª geração da educação a distância. (FRANCO, 2004)

A contribuição dos vídeos e fitas cassete dá-se na medida em que são considerados materiais complementares ao processo de ensino, ao mesmo tempo em que parecem facilitar e possibilitar um maior alcance da modalidade de ensino no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, considerando que o acesso a esses materiais, aliados aos materiais didáticos tradicionais, possibilitam o acesso a explicações e as explanações elaboradas por professores e agregam no processo

de autoestudo, ao qual o aluno dessa modalidade de ensino é submetido. Além disso, compreende-se que na visão dos defensores da modalidade, a simples utilização dos mecanismos tecnológicos confere maiores possibilidades ao processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o ensino na modalidade a distância vem se configurando e transformando, de acordo o desenvolvimento das tecnologias e o desenvolvimento da sociedade.

Em decorrência do curvar-se da educação aos interesses capitalistas e da expansão das novas tecnologias é que se tem a 3ª fase desta modalidade, que expande o seu público através da oferta de possibilidade de ensino para qualquer cidadão que tenha acesso a um computador.

O acesso ao computador pessoal proporcionou uma maior flexibilidade à educação a distância e em grande potencial didático de mudança. Com ele, pôde-se oferecer orientação ao autoestudo de alunos que estão mais isolados, com auxílio de softwares didáticos e, também pôde-se incrementar a interatividade. Tornou-se possível colocar à disposição banco de dados facilmente acessíveis pela internet, que também permitiu o acesso ao mundo digital em suas várias formas (FRANCO, 2004, p.12)

Nesse contexto, o processo de expansão da educação na modalidade a distância amplia ainda mais a sua abrangência, sobretudo em decorrência do maior alcance que a rede mundial de computadores proporciona, considerando que “a demanda de informação e formação por parte dos alunos indica a importância crescente da educação a distância” (FRANCO, 2004, p. 12) Diante disso, vê-se a educação ser tratada via processo desenfreado de expansão, sem considerar questões relacionadas a qualidade do ensino e, tampouco, o desenvolvimento de um projeto de educação pautada nos princípios da autonomia e protagonismo da população, mas numa lógica de dependência, passividade e alienação.

Entretanto, não pode-se negar as contribuições da modalidade de ensino no que tange ao acesso da população residente em territórios distantes dos grandes centros, onde, em geral, localizam-se as universidades.

Com base em leituras, pode-se evidenciar uma variedade de conceitos em relação a educação à distancia, uma vez que os defensores da modalidade tendem apenas a evidenciar seus pontos positivos, sem reservar espaço para realizar reflexões críticas pertinentes para que a modalidade de ensino seja um instrumento que agregue possibilidades de desenvolver uma educação de qualidade. Cabe elencar, a título de referência que existem, segundo Alves (2011, p. 84), “vários conceitos de Educação a distância e todos apresentam alguns pontos em comum.

Entretanto, cada autor ressalta e/ou enfatiza alguma característica em especial na sua conceitualização”.

Quadro 1- Conceitos de Educação a Distância

| Autor | Conceito |
|-----------------|--|
| Dohmem (1967) | É uma forma sistematicamente organizada de autoestudo onde o aluno instrui-se a partir do material de estudo que lhe é apresentado. |
| Peters (1973) | É um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, pelos quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender. |
| Moore (1973) | A família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. |
| Holmberg (1977) | Várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. |
| Keegan (1991) | A separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial, comunicação de mão dupla, onde o estudante beneficia-se de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via com possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização. |
| Chaves (1999) | É o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e propõe-se que ela seja contornada através do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens. |

Fonte: Alves (2011).

A diversidade de conceitos relacionados a educação a distância e o enfoque que os autores dão em relação a didática, métodos pedagógicos, ligados ou não as novas tecnologias, reforça o esfacelamento que a educação vem sofrendo, uma vez que ao agregar um conjunto de técnicas no processo de ensino-aprendizagem, deixam de referir, mesmo que minimamente, as estratégias que devem ser utilizadas para garantir a interlocução entre os elementos basilares da formação em nível superior, os quais devem ser intrínsecos ao processo.

Ainda em relação a diversidade de conceitos relacionados a modalidade, faz-se mister dispensar atenção aos tratamentos (diferenciados), considerando os objetivos da instituição, os estudantes, assim como os custos que envolvem a transmissão do conhecimento através desses canais comunicativos que assumem um viés educacional, cuja intencionalidade circula no discurso de tornar a educação acessível ao contingente populacional.

A educação a distância não é mais caracterizada como apenas um paliativo, como uma saída para a complementação da aprendizagem ou como uma assistência em situações emergenciais, mas é reconhecida como uma modalidade que pode promover uma educação de qualidade compatível ou até maior em relação aos cursos presenciais convencionais (MACHADO JUNIOR, 2008, p. 13).

Mas, como fazer isso? Tanto o autor acima referido como os conceitos elencados no Quadro 1, se restringem a fazer uma análise das contribuições do método de ensino sem fazer uma reflexão acerca da operacionalização deste método, da viabilização de um perfil profissional almejado pelas categorias profissionais e dos impactos da abordagem na prática, visto que disponibilizar o acesso não garante sucesso efetivo na construção de um corpo discente preparado para os desafios a serem enfrentados no decorrer da formação e do exercício profissional.

Não obstante, cabe enfatizar que o simples desenvolver de um sistema de educação que transforma a educação em uma fábrica de profissionais, com fortes tendências a distribuir diplomas, não qualifica. Mesmo que as instituições preocupem-se em garantir o acesso à informação via materiais didáticos, este não pode ser compreendido como mecanismo de interação, tampouco pode ser encarado como um processo de produção do conhecimento, pois é através da troca entre sujeitos e da problematização dos conteúdos que se potencializa o olhar crítico acerca do objeto de estudo e impede que a educação volte-se para um processo de construção individualizado.

Estudar mediante cursos a distância requer disciplina de estudos e professores ou tutores especializados para atenderem necessidades específicas. Para as instituições que oferecem os cursos, essa flexibilidade também pode ser uma tormenta, pois é muito difícil atender a todos os cursistas e ainda cuidar de todas as questões logísticas, burocráticas e legais sem descuidar da qualidade e das limitações práticas institucionais (FREITAS, [s/d], p. 64).

Com a mercantilização da educação, subentende-se que o Estado também repassa essa responsabilidade para a esfera privada, a qual passa a incorporar esta demanda que, de forma muito clara, é disposta nos instrumentos legais, como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Estes programas de educação a distância são incentivados pela nova LDB (art. 80, § 4º) em todos os níveis e modalidades do ensino, desde que as instituições a ofertá-los estejam devidamente credenciadas junto ao Ministério da Educação.

Uma das vantagens é a possibilidade dos cursistas estudarem no horário de sua conveniência, em vez de frequentarem aulas em horários pré-estabelecidos pela instituição que oferece o curso. Quase sempre o cursista pode decidir seu próprio ritmo de estudo e submeter-se a exames quando pensa que está bem preparado (FREITAS, [s/d], p. 63).

Neste contexto, compreende-se como educação a distância a modalidade de ensino que no processo de ensino e aprendizagem, para além de materiais escritos e livros, utiliza-se de instrumentos tecnológicos como forma de transmissões de informações por meio de canais especiais de televisão e a conexão à Internet, e/ ou DVD'S, como forma de transmissão do conhecimento (RAMAL, 1997).

Dessa forma, é necessário refletir acerca do processo expansão das universidades, sobretudo, os impactos de uma expansão desenfreada, que desconsidera as particularidades da educação nas diferentes regiões do país. Além disso, é intrigante o fato de que órgãos como o Ministério da Educação, responsável por desenvolver políticas de educação não estejam atentos às implicações que essa expansão provoca no cenário educacional, uma vez que facilita os meios para abertura de novas universidades ou novos cursos. A título de exemplo desta desatenção, temos a avaliação dos cursos na modalidade referida pela visita *in loco* da instituição física presencial, cujas características, condições, quadro docente se difere totalmente do polo a distância da mesma instituição. Se realizadas no local de oferta, as avaliações poderiam constituir-se como um marco na proposição de mudanças que são extremamente necessárias para assegurar condições de um ensino superior em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação pertinente a cada curso de graduação, ofertado pelas universidades que dispõem de cursos na modalidade EaD.

Intrigante é perceber a ineficiência do Ministério da Educação em prover mecanismos eficazes de avaliação no ensino superior. Enquanto as avaliações nas universidades e faculdades privadas que não atendem os requisitos avaliados, são intimadas a sanar as falhas e inclusive pode haver o fechamento do curso caso a universidade não atenda o padrão de qualidade esperado, poucas intervenções se observa no que tange na modalidade a distância, exceto se for denúncia.

É pertinente, portanto, que nas avaliações Ministério da Educação optem por abranger os polos dessas instituições que ofertam cursos, sobretudo, atentar-se a questões como estrutura, quadro de professores, qualificação dos professores,

formação e capacitação específicas para o tutor, estruturas das sala de aula, laboratórios específicos a cada curso e bibliotecas para consultar bibliografias que compõe o acervo de cada curso. Diante disso, ficam as indagações: até que ponto a avaliação realizada pelo Ministério da Educação junto as instituições de ensino presencial condizem com a realidade dos cursos EaD e, ao mesmo tempo, quais são os parâmetros utilizados tanto para o credenciamento como para a validação das instituições que ofertam cursos a distância? A modalidade de educação a distância garante, em seu processo de ensino aprendizagem, a qualidade da formação acadêmica de um sujeito que não tem garantido o tripé ensino - pesquisa – extensão, nem sequer com uma construção do conhecimento pautada na troca de experiências?

Ainda que na lógica do capital os órgãos responsáveis pela educação assumam o papel de colaboradores para o avanços da modalidade de ensino EaD – pois a modalidade amplia o número de pessoas que acessam o ensino superior, e também contribui para a formação de mais profissionais, num curto prazo de tempo – cabe ressaltar que a massificação no processo formativo dá-se pelo fato da flexibilização e ineficácia nos processos de validação, avaliação e monitoramento de cursos, somadas a defesa de uma expansão que tem reforçado para a defesa de uma educação nos moldes mercadológicos.

Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shoppings centers*, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro (MÉSZÁROS, 2008, p. 16).

Sobretudo, é preciso atentar-se para os rebatimentos que estes processos de ensino desenvolvidos de forma mecanicistas têm imputado no processo de formação profissional e no perfil destes profissionais. É preciso compreender, assim, que a educação, ainda que responda à lógica mercantil, não deve romper com seus princípios elementares, voltar-se para processos de formação e certificação em massa e contribuir para a formação de mão de obra excedente. Diante disso, há que se desenvolver uma perspectiva de educação voltada para a formação de profissionais críticos, que sejam capazes de desenvolver suas aptidões de modo que não sejam reprodutores de pensamentos, mas se percebam como sujeitos de todo o processo de educação.

Para tanto, é preciso que as universidades estejam atentas para o momento atual da educação brasileira e opte pelo desenvolvimento de processos formativos que não sejam conformadores de uma formação profissional precarizada, tecnicista, aligeirada, baseada em materiais didáticos simplificados. É pautada nessa lógica que a educação a distancia direciona suas estratégias para um público determinado, que cria e legitima a demanda da modalidade, dado que é amplamente consumida e torna-se socialmente necessária.

Diante disso, torna-se necessário analisar no próximo capítulo os impactos desta modalidade de formação num dos cursos mais ofertados no Brasil – o Serviço Social – e suas implicações no processo de formação e exercício de profissionais que teoricamente apresentam um perfil crítico e propositivo, com ampla contestação ao movimento de desmantelamento e mercantilização dos direitos sociais.

4 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo tem o objetivo de analisar como o cenário de (re)configurações na educação e a ampliação da oferta de cursos na modalidade EaD tem rebatido no Serviço Social e como isso vem sendo discutido/abordado pelo conjunto da categoria profissional.

4.1 A formação em Serviço Social na modalidade a distância

As transformações imputadas à educação brasileira são intrínsecas aos interesses do capital e se estabelece nessa lógica uma ótica educacional que se traduz num processo que inclui para excluir, posto que há redução da educação à condição de serviço lucrativo.

Por conseguinte, o crescimento do número de universidades presenciais e a distância nos últimos anos tem demonstrado seu divórcio com políticas complementares, que garantam da universidade, principalmente pública, aquilo que elementarmente constitui-se como sua função precípua. Vejamos abaixo a representação da realidade do ensino superior, em números.

Quadro 2: Instituições de Ensino Superior na modalidade presencial e a distância

| Estado | Presencial | EaD |
|---------------|-------------------|-------------------|
| RS | 360 | 105 |
| SC | 289 | 84 |
| PR | 338 | 108 |
| SP | 711 | 128 |
| RJ | 364 | 90 |
| ES | 176 | 105 |
| MG | 327 | 119 |
| BA | 264 | 110 |
| SE | 118 | 78 |
| AL | 141 | 94 |
| PE | 214 | 85 |
| PB | 181 | 89 |
| RN | 158 | 83 |
| CE | 204 | 91 |
| PI | 133 | 75 |
| MA | 142 | 92 |
| GO | 238 | 108 |
| MS | 134 | 94 |
| MT | 190 | 96 |
| TO | 93 | 92 |
| PA | 187 | 98 |
| AP | 80 | 66 |
| RO | 85 | 83 |
| AC | 67 | 74 |
| AM | 189 | 83 |
| RR | 82 | 77 |
| TOTAL | 5472 (73%) | 2022 (27%) |

Fonte: Ministério da Educação. Instituições de Ensino superior. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 12 de Março de 2014.

Em posse das informações que constam no quadro acima, pode-se inferir que na relação entre o número de cursos superiores dispostos nas instituições de ensino superior existentes no país, 73% compreendem a modalidade presencial e 27% EaD, da soma total. Essas informações tornam-se mais impactantes se comparadas aos estados da região norte do país, onde percebe-se que as universidades EaD e Presenciais se equiparam, principalmente, por tratar-se de regiões bastante afastadas do país. Isso os torna campos férteis para a inserção da modalidade a distância, principalmente pelo fato da adesão das pessoas a modalidade de ensino ser bem maior em relação aos demais Estados. Além disso, podem ser consideradas ainda questões relacionadas ao contexto econômico e social das regiões, que determinam a “necessidade” da inserção da modalidade.

Nesse sentido, é de fundamental importância a problematização da relação entre a expansão do ensino superior e a formação em Serviço Social na modalidade a distância, bem como a análise dos rebatimentos e impactos da modalidade no processo formativo dos novos Assistentes Sociais.

Quadro 3 - Instituições de Ensino Superior que ofertam o Curso de Serviço Social

| Estado | Presencial | EaD |
|---------------|-------------------|------------|
| RS | 21 | 9 |
| SC | 13 | 10 |
| PR | 31 | 9 |
| SP | 68 | 13 |
| RJ | 20 | 10 |
| ES | 9 | 13 |
| MG | 60 | 13 |
| BA | 23 | 16 |
| SE | 4 | 7 |
| AL | 5 | 9 |
| PE | 13 | 7 |
| PB | 8 | 6 |
| RN | 9 | 8 |
| CE | 16 | 6 |
| PI | 13 | 5 |
| MA | 8 | 9 |
| GO | 4 | 10 |
| MS | 5 | 11 |
| MT | 8 | 10 |
| TO | 5 | 8 |
| PA | 8 | 10 |
| AP | 2 | 5 |
| RO | 4 | 7 |
| AC | 3 | 5 |
| AM | 11 | 6 |
| TOTAL | 371 | 222 |

Fonte: Ministério da Educação. Instituições de Ensino superior que ofertam Cursos de Serviço Social. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> acesso em: 13 de Março de 2014.

Diante do número apresentado no quadro acima, evidencia-se o quão expressiva é a percentagem da formação em Serviço Social na modalidade EaD, em relação a presencial, respectivamente representadas por 37,44% e 62,56%. Se considerado que até o ano de 2006 não havia oferta a distância, há que se destacar que a preocupação (com a expansão desenfreada dos cursos na modalidade a distância) apontada pelas campanhas veiculadas nacionalmente pelo conjunto CFESS/CRESS tem relevância. Portanto, a problemática do ensino na EaD, embora recente, reitera o quão avassaladora e expansiva tem sido sua inserção no Serviço Social e, mais do que isso, torna-se manifesta a discussão de que formação é essa e de quais seus princípios e eixos formativos.

No que tange a formação profissional do assistente social, independente da modalidade de ensino, é necessário a observância dos princípios e diretrizes presentes nas Diretrizes Curriculares, com vistas a uma formação profissional voltada ao que política e ideologicamente está disposto no projeto ético-político da

profissão. Ou seja, um processo que seja capaz de oportunizar ao discente, um espaço de construção crítica do saber, onde as raízes da profissão oportunizem “uma formação profissional para a criação de um *perfil profissional dotado de uma competência teórico-crítica*, com uma aproximação consistente às principais matrizes do pensamento social na modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social” (IAMAMOTO, 2012, p. 184-185).

A modalidade EaD em Serviço Social tem sido alvo de intensos debates nos órgãos representativos da profissão, inclusive por meio da organização de campanhas em defesa da qualidade do ensino. Com esse intuito, foi realizada em novembro de 2010, a campanha nacional que lançou a reflexão sobre a incompatibilidade entre a graduação a distância e o Serviço Social, sob o *slogan* “Educação não é fast-food: Diga não para a graduação a distância em Serviço Social”, que surgiu com a finalidade de problematizar o processo de formação profissional precarizado.

Nesse sentido, as entidades políticas entendem que a modalidade de ensino a distância representa um retrocesso no processo de formação profissional, uma vez que o tratamento dispensado à educação contribui para formar profissionais numa lógica aligeirada, sem grandes preocupações com os princípios ético-políticos da profissão e o perfil profissional almejado coletivamente pela categoria.

A educação a distância é apresentada como elemento significativo para a criação do fetiche da ampliação do acesso e do aumento no índice de escolarização, mascarando dois fenômenos que vêm ocorrendo nos países periféricos: o aligeiramento da formação profissional e o processo de certificação em larga escala (LIMA, 2008, p. 16).

No que tange a política neoliberal e as transformações relacionadas ao processo de formação profissional, vale lembrar que as intensas modificações ocorridas mundo do trabalho têm definido o perfil profissional e o modelo de formação superior que melhor atenda os interesses de um mercado lucrativo àqueles que investem na educação superior, corroborando à *fabricação* de profissionais.

Destarte, para se gestar um novo projeto de formação profissional há que estar atento aos “silêncios”, aos “vazios” do debate contemporâneo do Serviço social para *antecipar* problemáticas e propostas, preenchendo lacunas e somando forças para o enfrentamento da voga neoliberal e suas características conservadoras e privatistas, que reduzem o cidadão á figura do consumidor ao erigir o mercado como eixo regulador da vida social, obscurecendo as funções pública do Estado a favor de suas privatizações. Assim, pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo

fazer um balanço do debate recente do serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social (IAMAMOTO, 2012, p.169).

Sob influência do processo de ampliação do acesso ao ensino superior e a consequente precarização da formação profissional, percebe-se que a expansão desenfreada do número de cursos, a flexibilidade das formas de acessos e montante de universidades autorizadas a ofertar cursos tem surtido impacto no número de profissionais formados. O fato é que o crescimento desordenado dos cursos de Serviço Social na modalidade a distância tem corroborado para a flexibilização da educação na perspectiva da acumulação de capital, abrindo espaços para o desmonte do ensino superior, ao mesmo tempo em que desvaloriza e elimina a pesquisa e a extensão das funções da universidade, estas que se mostram fundamentais no Serviço Social, dado o caráter investigativo e interventivo da profissão.

Assim, o ensino a distância apresenta limitações em atender os requisitos orientados pelas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 e perpetua os interesses do capital ao reproduzir os processos de acumulação em prol de iniciativas privadas (SILVA, 1998).

Outro aspecto relevante em relação à modalidade está relacionado às modificações e descumprimento dos cursos a distância em detrimento da matriz curricular, o que implica direta e indiretamente na sustentação dos princípios traduzidos no Projeto Ético-Político do Serviço Social. Verifica-se que o curso de Serviço Social possui particularidades que impossibilitam que o ensino ocorra integralmente a distância, no formato e configuração que está sendo realizado, com orientação de profissionais de outras áreas, principalmente da pedagogia, sem acompanhamento, supervisão de estágio e orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, além da ausência do desenvolvimento de pesquisas e vivência acadêmica.

Além do que o processo educativo na modalidade EaD restringe-se a transmissão de um determinado “volume de conhecimentos”, sem preocupar-se em oferecer condições para que o aluno acesse meios que o possibilitem expandir os assuntos “debatidos” em aula, o processo de ensino, com a ausência de um acervo bibliográfico, implica nesse sentido, num processo de educação acrítica (SILVA, 1998)

Com o desenvolvimento do capitalismo em nosso país, a expansão do acesso à educação passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma “política inclusiva”. Esse processo foi historicamente confrontado pela pressão de professores e estudantes para a destruição da monopolização do conhecimento pelas classes dominantes e pela democratização interna das universidades. Por outro lado, as diversas frações da burguesia brasileira reivindicavam a “modernização” da educação superior para atender às alterações no mundo do capital (DAHMER; LIMA, 2009, p.33).

Há que se repensar a perspectiva com que se promove a modalidade de ensino a distância, sobretudo com base nos princípios da formação profissional em cursos como Serviço Social. É importante ressaltar que no contexto em que se desenvolve a política de expansão não somente na educação a distância como a presencial, que tem sofrido um processo de sucateamento, uma vez que a lógica mercantil tem direcionado e pressionado os rumos que a formação profissional em Serviço Social vem/tem assumido.

As condições de formação precarizada por conta de fatores e condicionantes da EaD nem sempre são dados como relevantes pelas Universidades e pelo Ministério da Educação (que flexibiliza os processos avaliativos, desconsiderando fatores que são cruciais) mas que são questionados apenas nas avaliações das universidades presenciais.

Uma das condições fundantes para se garantir a adequação da formação profissional à dinâmica de nosso tempo, é implodir uma visão endógena do serviço social e da vida universitária, prisioneira em seus “muros internos”. Alargar os horizontes, voltados para a história da sociedade brasileira nos quadros do novo reordenamento mundial para aí melhor apreender as particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações, densas de conteúdo histórico (IAMAMOTO, 2012, p. 170).

É nesse processo que a expansão do ensino a distância ganha espaço e os rebatimentos dessas transformações se dão na forma de: organização da política de ingresso; planejamento e organização do currículo; disposição das disciplinas, aliadas a uma metodologia de ensino engessada e com um enfoque no processo histórico da profissão sem um processo reflexivo; enxugamento das disciplinas de forma que não permite um aprofundamento teórico-prático da profissão; entre outros.

Diante disso, acredita-se que na modalidade EaD desenvolve-se um processo de formação profissional fragilizado no que tange tanto ao contato (leitura básica) com as vertentes teóricas, bem como as funções da profissão em cada período

histórico. Entende-se que a falta de aprofundamento teórico contribui para equívocos na interpretação teórica e o alcance de uma compreensão clara acerca da profissão. Empreende-se que esse vácuo no processo de formação impossibilita uma apreensão crítica dos diferentes momentos e teorias que servem de base para a constituição acerca das lutas e do projeto ético-político do Serviço Social.

A questão a ser problematizada é a “produção” de profissionais em massa e com conteúdos banalizados; é a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil das diretrizes curriculares; é a educação bancária e mercantilizada que não garante o Serviço Social de qualidade que o Brasil precisa (CFESS/CRESS, 2011, p. 12).

Cumprindo ainda salientar que a construção de um processo de ensino incoerente com os princípios e diretrizes do projeto ético-político da profissão acarreta num processo de intervenção fragmentado, que no lugar de intervir na realidade colabora para a reprodução das desigualdades, tendo em vista que a EaD afirma um locus formativo em que a formação de profissionais não dá conta de garantir experiências com base numa leitura crítica da realidade, devido, principalmente, a ausência de compreensão das dimensões ético-políticas, técnico operativa e teórico-metodológica, que compõem o processo de formação e exercício profissional.

Nesse contexto, a graduação EaD em Serviço Social, passa por um processo de padronização e fragmentação dos currículos e conseqüentemente do projeto de formação profissional, haja vista que esse processo de flexibilização torna-se campo fértil para o desenvolvimento de processos desconexos dos debates aflorados no âmbito da categoria profissional. Essa ruptura forçada com a visão crítica contribui para a dissociação entre teoria e realidade, gerando uma análise endógena da profissão, pois não possibilita aos acadêmicos vivenciar experiências para além das paredes da sala de aula ou da tela do computador.

Portanto, no momento atual, pode-se pressupor que a formação na modalidade EaD, envolvida em uma perspectiva de expansão, atende a necessidades de um público específico, em sua maioria trabalhadores ou estudantes que não possuem condições de pagar a mensalidade de um curso presencial. Isso corrobora e justifica o desenvolvimento de um processo de ensino pautado na flexibilização dos horários, de acordo com a disponibilidade e necessidade dos alunos, ou seja, um processo baseado em formas e abordagem de ensino que favorecem o desenvolvimento de um processo muito aquém dos pressupostos e

princípios profissionais e, conseqüentemente, corrobora para o desenvolvimento de uma formação acrítica, uma vez que a direção da formação na modalidade priva os alunos de participar de um processo de ensino restrito a uma visão *endógena* da profissão (MONTAÑO, 2009).

Esse cenário vem a legitimar-se, definitivamente, com a aprovação do currículo do Serviço Social, pelo Conselho Nacional de Educação em 2001, que abre espaço para um processo que reduz a formação profissional a um processo de reprodução de conteúdos e não num processo de apreensão crítica (BOSCHETTI, 2004).

Tal orientação, afirma Boschetti (2004), está permitindo que os projetos pedagógicos dos cursos sejam mais simplificados e extremamente diversificados: “esvaziamento” dos currículos; formação em módulos, distribuídos em aulas que ocorrem uma ou duas vezes por semana; aulas sem interação, via satélite, em tempo real no polo de ensino (como é nomeada a sala de aula); presença de um tutor, que em geral não tem formação pós-graduada; entre outros. Faz-se necessário ressaltar que o tutor, ou “professor” presencial não necessariamente precisa ter conhecimento específico das disciplinas “discutidas” em sala de aula, pois em sua maioria são profissionais graduados, são “professores” que não tem pós-graduação *stricto sensu*, que os habilita a docência; neste caso especificamente, fala-se de Assistentes Sociais que possuem apenas bacharelado. Em alguns polos, as aulas são divididas em dois períodos, um presencial, que ocorre sempre duas horas antes da aula via satélite, que servirá para a discussão da matéria disponibilizada para a leitura prévia dos estudantes antes da aula virtual e num segundo momento ocorre a aula pelo sinal do satélite, onde os professores (mestres, doutores e especialistas) que se encontram na instituição sede, apresentam e discutem os textos abordados nos livros didáticos. Para “responder” as dúvidas ou questionamentos dos alunos em relação às matérias apresentadas pelos professores virtuais, o professor presencial (tutor) fica online no *messeger* ou no *skype*, para fazer a mediação entre o aluno e o professor virtual, estabelecendo um canal de “comunicação” e “interação” entre os professores responsáveis pelas aulas de cada módulo. É preciso lembrar que não existe comunicação e debate em sala de aula, uma vez que tanto tutores, quanto alunos vêm de jornadas longas de trabalho, o que contribui para que a graduação seja apenas uma possibilidade de ampliação de renda.

A precarização do ensino também se deve ao fato de que o tutor normalmente trabalha em outros espaços profissionais durante o dia (prefeituras, empresas, etc.) e a “docência”, geralmente no turno da noite, surge como medida complementar de renda, o famoso “bico”, não havendo envolvimento efetivo e possibilidade de se estabelecer uma relação de ensino concreta e de forma qualificada.

Outro fator agravante é a questão das disciplinas serem suprimidas ao limitarem-se ao senso comum, a manuais explicativos, a portfólios que se traduzem no “como fazer” ao invés do “saber fazer”. Essa ótica acrítica e de “manuais” materializam a impossibilidade de se posicionar favorável a um modelo de ensino onde impera o senso comum, não havendo qualquer estímulo à produção e construção de opiniões críticas, tendo em vista a inexistência de debate em salas de aula, da disponibilização de materiais científicos para ampla pesquisa e qualificação teórica (bibliografia e bibliotecas).

Essa precarização do ensino pode ser evidenciada também no perfil dos alunos que ingressam na modalidade do ensino a distância: em sua maioria pessoas com idade avançada que veem nesta modalidade de ensino a titulação; funcionários públicos; e pessoas que não tem condições de pagar por um ensino privado presencial e/ou público.

Ao mesmo tempo, no entorno desse contexto os alunos passam a defender essa modelo de ensino, sem que lhes seja possibilitado questionar as fragilidades existentes e as dificuldades que surgem a todo o instante, principalmente no período que antecede a inserção em campos de estágio, uma vez que não são ofertadas condições favoráveis ao desenvolvimento de uma formação com base teórica sólida.

Ao mesmo tempo, vale ressaltar que a baixa carga horária dos cursos EaD, aliada a falta de supervisões e orientações, evidenciam a limitação no fomento ao envolvimento dos sujeitos no processo, tanto dos alunos, tutores e supervisores de campo, sobretudo, em se tratando do pouco incentivo a inserção dos envolvidos na modalidade com as discussões políticas, em eventos e entidades políticas e de inserção em projetos de pesquisa e extensão.

Diante disso, pode-se inferir que o descumprimento dos requisitos e da priorização do ensino que possibilite o desenvolvimento crítico do acadêmico coloca em xeque as lutas traçadas pela categoria desde os anos 1980, tendo em vista que o cenário da educação a distância remonta a características da formação conservadora e tradicional do Serviço Social, além de levar ao desmonte das

diretrizes curriculares da ABEPSS, que trás em seu âmago propostas relacionadas a pressupostos, diretrizes e núcleos de fundamentação do desenho curricular que suscitam reflexões acerca da profissão com processo, pois ela se transforma à medida que se transformam as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve.

Nesse sentido, as diretrizes apontam para uma qualificação profissional pautada no ensino universal e de qualidade comprometida com a formação de profissionais capacitados para intervir de forma crítica e propositiva, a partir de uma leitura crítica da realidade, nos mais diversos e amplos espaços sócioocupacionais. Uma formação profissional que ultrapasse uma visão simplista da realidade, e sim, pautada numa perspectiva de apreensão do contexto social repleto de contradições. Para tanto, faz necessário uma formação de profissionais que tenha nitidez do objeto de intervenção profissional, que é a questão social em suas diferentes expressões e, não, como comumente, via senso comum, se afirma que cada espaço apresenta uma demanda e um objeto diferente. Para isso, faz-se necessário uma apreensão crítica da profissão, de forma que dotado de uma bagagem teórica, o Assistente social, incorpora no processo de intervenção, uma práxis interventiva que possibilita a construção de estratégias de enfrentamento e resistência aos impactos da questão social na vida dos usuários.

Portanto, é preciso pensar a educação a distancia não como um avanço nos métodos de ensino e aprendizagem e sim como um sinal de total precarização e retrocesso do ensino superior, principalmente no que tange o Serviço Social, pois essa modalidade ao invés de formar profissionais qualificados, faz justamente o contrário, pois ao aligeirar, fragmentar o processo de 'ensino-aprendizagem' fomenta a formação de um "*exército assistencial de reserva*", conforme aponta lamamoto (2010, p.440):

As quase 10 mil vagas ofertadas e declaradas, permitem afirmar que essa oferta (o que é certamente uma projeção acanhada ante a tendência em expansão do EaD), em 2010, só o ensino de graduação à distância lançará no mercado, no mínimo, um contingente de 10 mil profissionais/ano. A esse crescimento somasse as outras 70% das vagas oferecidas por cursos presenciais, permite projetar que o contingente profissional irá dobrar até 2010.

Não obstante, a autora afirma que o crescimento no processo de formação em grande escala, a que a modalidade EaD tem gerado, contribui para a precarização do exercício profissional, uma vez que fica evidente que o número de

profissionais excedentes tende a acelerar a substituição da mão de obra, além da alta rotatividade nos espaços de trabalho, uma vez que os salários tendem a não corresponder as condições de trabalho necessárias para um bom desempenho das intervenções profissionais (IAMAMOTO, 2010).

É pertinente registrar que dadas às condições em que a formação profissional vem sendo resumida, faz-se legítima e necessária a mobilização da categoria, junto ao conjunto CFESS/CRESS, pois é no compromisso e na mobilização da categoria profissional que se estabelecem estratégias de enfrentamento e resistência frente ao desmonte da formação profissional a que educação a distância tem corroborado ao se furtar de ofertar espaços formativos que dialoguem com o projeto ético-político da profissão.

A defesa da formação profissional, sem dúvida, é uma das principais frentes de luta do serviço social brasileiro nesse momento histórico e é fundamental apreender o significado dessa expansão desmesurada do ensino sem qualidade, em geral com fins lucrativos e a distância, ainda que não exclusivamente (CFESS/CRESS, 2011, p. 08).

Para tanto, também é de responsabilidade dos profissionais que acompanham os processos de estágio supervisionado estejam atentos às discrepâncias apresentadas pelos acadêmicos na compreensão e apreensão da profissão no desenvolvimento do processo de estágio, da mesma forma que devem colaborar para a defesa da qualidade no processo da formação profissional, uma vez que é consenso na categoria profissional as fragilidades que a modalidade a distância apresenta.

Posto isso, é mister a necessidade que sejam estabelecidas debates que culminem na construção de um processo reflexivo da categoria profissional e estudantil que repudie a reprodução de visão endogenista da profissão, de modo a legitimar os princípios estabelecidos pelos princípios normativos profissionais.

A cartilha do conjunto CFESS/CRESS “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” não esgota as possibilidades de intervir junto ao Ministério da Educação para que ocorra uma fiscalização mais rigorosa das instituições de ensino que ofertam não só o curso de Serviço Social, mas também outros cursos, tendo como foco a defesa dos direitos garantidos pela Carta Magna a uma educação universal e de qualidade.

É necessário, nesse cenário, garantir que a população tenha direito irrestrito a educação de qualidade – não somente no Serviço Social – sem que formas

distorcidas de acesso sejam utilizadas para mascarar a negligência do Estado no cumprimento de seu papel. Entende-se, nesta ótica, que o ponto nevrálgico da educação não se apresenta apenas no ensino superior, mas na própria educação básica, cujo ensino tem sido transmissivo, linear e massivamente tradicional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que há uma diversidade de instituições de ensino superior e de cursos que são ofertados na modalidade a distância, sobretudo, a partir da reformulação da política de educação superior, são apresentados cursos sequenciais, cursos de curta duração, cursos de formação geral e formação específica, que reforçam a ideia de que a finalidade está voltada puramente para a emissão de diplomas, certificados e atestados de aproveitamento, que evidenciem as formas de aligeiramento da formação profissional (LIMA, 2009)

A modalidade de ensino a distância na perspectiva neoliberal é compreendida como moeda de troca em relação a interesses econômicos, uma vez que ao ofertar o acesso a educação a uma grande parcela da população, a modalidade contribui para a elevação de índices de desenvolvimento da educação brasileira.

O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos: (i) em relação ao projeto político-pedagógico, operacionaliza a redução das universidades públicas a “escolões de terceiro grau” através da destituição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente para as áreas de humanas e ciências sociais aplicadas; (ii) em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas e; (iii) em relação ao trabalho docente, evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento.

A contrarreforma da educação superior conduzida pelo governo Cardoso⁹ deu início a um processo de privatização da educação, que colaborou para o desenvolvimento de uma concepção de universidade limitada ao ensino, a partir do desmonte da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; da submissão da formação profissional às exigências do mundo do capital e da imposição de uma determinada caracterização precarizada do trabalho docente.

Nesse sentido, trazendo o pensamento de Tonegutti (*apud* CFESS/CRESS, 2010), afirma-se que a EaD não deveria ser usado como mecanismo de “democratização” do acesso ao ensino superior, pois tem sido manuseada elementarmente como uma “fórmula mágica” numa tentativa de resolução dos déficits nos índices educacionais.

⁹ Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1994-2002).

Infere-se nessa lógica, que o intuito, essencialmente dos organismos mundiais, ao estabelecer objetivos e prioridades para a educação, é que se estabeleça um padrão de ensino que esteja em consonância com as necessidades do mercado. A partir disso, torna-se evidente que as escolas e universidades assumam uma postura de “grande empresa”, o que rompe com o conceito de uma educação voltada para a formação humana e com a preocupação com o ensino de qualidade.

Considerando os dados disponíveis acerca da expansão do ensino superior no Brasil, tanto em universidades públicas e privadas e se comparar com o número de vagas em cursos na modalidade a distância, podemos perceber claramente os avanços desta modalidade de ensino no contexto atual. De acordo com os dados consultados no site do Ministério da Educação, sobre as Instituições de Ensino Superior brasileiras, estão publicizadas informações precisas em relação às ofertas de instituições de ensino privado e público na modalidade presencial e, estranhamente, isso não ocorre no que tange a modalidade a distância, dada sua imprecisão. Nota-se que é a partir do processo de expansão do ensino superior, com destaque tanto para a privatização da educação e inclusive para a disseminação de universidades públicas, nessa corrente de reestruturação da educação superior, abre-se espaço para a disseminação na modalidade a distância, em específico aos cursos em Serviço Social.

Neste cenário, é importante destacar que a formação em Serviço Social vem sendo deglutida pela modalidade e, há que referir, que isso é oriundo de um processo sócio-histórico marcado por desigualdades, sobretudo em relação a pobreza, onde observa-se a mercantilização e privatização de serviços sociais públicos, tendo em vista a desresponsabilização do Estado frente a atribuições que lhe são constitucionais.

Diante do exposto, vale ressaltar a importância do debate acerca das condições precárias que o processo de formação profissional no ensino superior tem sido reduzido, considerando a expansão do ensino superior Brasil, sobretudo, no que diz respeito à formação em Serviço Social, a partir da disseminação de cursos na modalidade a distância, que no intuito de expandir as chances de acesso, sem levar conta as implicações no desmonte que uma expansão sem sintonia com os pressupostos defendidos no projeto ético-político da profissão, assumem características que reforçam um caráter de desmonte do currículo e da formação profissional. Nesse sentido, faz necessário que os conjunto CFESS-CRESS, no

âmbito de suas atribuições, construam estratégias que possibilitem o monitoramento e intervenção junto as unidades de ensino EaD, com vistas a garantir a defesa de uma formação de qualidade, que forme profissionais cientes e comprometidos com as bandeiras de lutas amplamente defendidas pela categoria profissional.

Além disso, é preciso que sejam garantidos espaços de debate no âmbito na categoria, seja através da oferta de materiais informativos, veiculados junto aos CRESS de todas as regiões possibilitando o acesso aos profissionais com inscrição a fim de suscitar processos reflexivos acerca da precarização do ensino e da formação em Serviço Social, sobretudo, no que tange ao debate das implicações que a péssima qualidade no desenvolvimento do estágio, aliado a falta de supervisão, que também não acontece no âmbito da sala de aula (no polo), o que evidencia um processo de formação cada vez mais precário, haja vista que inexistente uma supervisão qualificada, e portanto, inexistente a construção de perfil de profissionais críticos, dado que nos polos de ensino não são garantidas condições favoráveis, uma vez que os alunos não tem acesso a bibliografia, sendo a formação restrita ao material didático.

Nesse sentido, diante da realidade apresentada, e das transformações no cenário pela modalidade é necessário que os Conselhos Regionais tem papel essencial, na construção de estratégias que deem conta de garantir o espaços continuada para os Tutores dos polos EaD, com vistas a gerar o debate e compromisso profissional defendido pela categoria profissional, com vistas ampliar o compromisso com a luta pela garantia da atuação profissional, pautada no compromisso com uma educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade, voltada para atender às necessidades da população brasileira e enfrentar a precarização e mercantilização das políticas sociais, bem como as desigualdades no país.

Nesse contexto, é de suma importância que a categoria profissional defenda uma educação comprometida com um profissional alinhada com os princípios norteadores das Diretrizes Curriculares de 1996, da Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e do Código de Ética de 1993. Considerando que a modalidade EaD que sintetiza os elementos balizadores do projeto ético-político da profissão e que a realidade apresentada pelas instituições que ofertam cursos na modalidade a distância não condiz com a diretrizes defendidas pelo Serviço Social.

Cumpramos ressaltar a necessidade de que os Conselhos Regionais, imbuídos das informações relacionadas ao número de profissionais que são formados nos

cursos na modalidade a distância estabeleçam estratégias para problematizar junto à categoria, junto as instâncias locais, no caso de São Borja, podemos citar o NUCRESS, que pode ser compreendido como um espaço fértil para provocar esses e outros debates pertinentes a categoria profissional, considerando que na cidade existe o curso de Serviço Social na modalidade EaD.

Nesse sentido, é relevante que seja nesse processo de articular com os estudantes e profissionais que a formação na modalidade Ead, representa uma retrocesso no que tange o projeto ético-político defendido pelo Serviço Social, uma vez que os profissionais formados na modalidade a distância tem um contato muito limitado a conceitos e técnicas básicas da atuação do Assistente Social. Portanto, o estudante, considerando aqui, as particularidade de cada região em que os polos estão inseridos, não tem condições muito favoráveis de absorvê-las e avaliá-las criticamente, num processo de ensino que se isenta de garantir a interação defendidas amplamente nas propagandas que divulgam os cursos ofertados pelas instituições EaD.

Diante disso, faz-se necessário que os Conselhos Regionais de Serviço Social, ainda que não tenham autonomia no fechamento de cursos nessa modalidade, intervenham junto aos campos de estágio, com vistas a fiscalizar e garantir um processo coerente com o que defende a categoria, ao mesmo tempo em que afirma que a direção social defendida pelo Serviço Social é contrária aos preceitos neoliberais, que são amplamente reforçados nessa modalidade de ensino, com o intuito de atender somente os requisitos do capital. É mister que sejam debatidas questões relativas ao retrocesso que a modalidade representa para a profissão, uma vez que a modalidade a distância é ineficiente em viabilizar processos formativos pautados no tripé: Ensino, pesquisa e extensão. Ao mesmo tempo em que o próprio ensino é frágil, considerando que beira o senso comum, corroborando para uma formação pautada à ótica do mercado, que precariza o ensino e ao mesmo tempo reduz a profissão a uma formação técnica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. **Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. Disponível em:

http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf

Acesso em: 18 de Mar. de 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. 4 ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2009.

BARROS, Aidil d Jesus Paes de. NEIDE, Aparecida de Souza Lehfeld. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanette. **Política Social: fundamentos e história**. 2ªEd. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETT, Ivanette. **O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação**. Palestra proferida na oficina Nacional da ABEPSS, realizada em 05 de abril de 2004. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/SC.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 – Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Edições técnicas, 2011. 103.p.

CATTANI, David. HOLZMANN, Lorena (Org). **Dicionário de trabalho e tecnologia** Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2006.

CFESS/CRESS. Sobre A incompatibilidade entre a graduação a distância e Serviço social. Brasília – DF, 2011.

CHAUI, Marilena. Reforma do ensino superior e autonomia universitária. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Editora Cortez. São Paulo, nº 761 ano XX, nov/1999.

FRANCO, Sérgio Roberto Kieling (Org) Educação a distância na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREITAS, Marcos Cesar de; BICCAS, Maurilane de Sousa. História social da educação no Brasil (1926 – 1996). São Paulo/SP: Cortez, 2009.

FREITAS, Katia.Siqueira. **Um panorama geral sobre a história do ensino à Distância**. Disponível em: <http://www.proged.ufba.br/EaD/EAD%2057-68.pdf> . Acesso em: 18 de Mar. de 2014

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. 8ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GOIN, Mariléia. **O processo contraditório da educação no contexto do Mercosul**: uma análise dos planos de educação. Dissertação de mestrado- Universidade Federal de Santa Catarina (Centro Sócio-Econômico) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa social em ciências sociais**. 2ª Ed Rio de Janeiro: Record, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** 22ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Katia. PEREIRA, Larissa Dahmer. **Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social**. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/358/315> Acesso em:19 de Mar. de 2014.

LOPES Maria Cristina L. P; et.al. **O processo histórico da educação a distância e suas implicações: desafios e possibilidades** Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/GT1%20PDF/O%20PROCESSO%20HIST%20RICO%20DA%20EDUCA%20C3O%20A%20DIST%20NCIA%20E%20SUAS%20IMPLICA%20D5ES.pdf Acesso: em 18 de Mar. de 2014.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, instituições de Educação superior e cursos cadastrados acesso em 20 de Fev. de 2014. Disponível em:
<https://emec.mec.gov.br/>

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a natureza sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAPADOPOULOS, George. Aprender para o século XXI. In: DELORS, Jacques (org.). A Educação para o Século XXI: questões e perspectivas. Artmed. Porto Alegre: 2005.

RAMAL, Andrea Cecilia. A nova LDB: destaques, avanços e problemas. **Revista de Educação.** Salvador: CEAP, ano 5, no. 17, junho de 1997, p. 05 - 21.

ROSSATO, Emelio; **A expansão do ensino superior no Brasil: do domínio público à privatização.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.p 17-105.

SILVA, Ana Celia Bahia. Das diretrizes curriculares à construção dos projetos pedagógicos em, cada instituição. In. **Cadernos ABESS.** São Paulo: Cortez, nov 1998.

TEODORO, Antônio. **Globalização e educação: políticas educacionais e novos modelos de governação.** São Paulo: Cortez, 2003.